

ARTIGO | *PAPER*

**A FUNDO, NO QUINTAL: TRANSCRIÇÕES ESCONDIDAS SOB O  
“MORAR CATIVO” EM UMA UNIDADE DOMÉSTICA SUL-MINEIRA  
(DÉCADAS DE 1830-1870)**

***DEEP INSIDE IN THE BACKYARD: THE HIDDEN TRANSCRIPTS  
UNDER THE “SLAVE LIVING” IN A HOUSEHOLD ON THE SOUTH  
OF MINAS GERAIS (1830S-1870S)***

Leonardo Lopes Villaça Klink<sup>a</sup>

<sup>a</sup> Doutorando e mestre em Antropologia com ênfase em Arqueologia do Mundo Moderno e Contemporâneo pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAn/UFMG). Este artigo consiste em um recorte temático da minha dissertação, a qual foi financiada parcialmente pela CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7932-5446>. E-mail: [leonardoklink@gmail.com](mailto:leonardoklink@gmail.com)

## RESUMO

Este artigo aborda as possíveis evidências de um alojamento de escravizados em uma unidade doméstica urbana, um sobrado edificado na primeira metade do século XIX na antiga Vila da Campanha da Princesa (atual município de Campanha), região Sul de Minas Gerais. Devido à dinâmica de desenvolvimento urbano e a consequente descaracterização de grande parte da arquitetura setecentista e oitocentista nesta localidade, a presença de senzalas nestes contextos citadinos não foram documentadas e estudadas, principalmente devido aos novos usos que estas edificações receberam com o passar do tempo. Aliando a investigação documental à pesquisa arqueológica ao atual estado de ruínas que o sobrado se encontra, argumento que a tipologia e presença destes alojamentos em meio ao quintal da propriedade pode ter remetido a melhores oportunidades de circulação, como de resistência ao claustro pela via de práticas mais autônomas de subsistência e de transmissão cultural.

## PALAVRAS-CHAVE

Arqueologia Urbana; Campanha/MG; Senzala; Solar dos Ferreiras.

---

## ABSTRACT

This article discusses the possible evidence of an slave's accommodation in an urban domestic unit, a mansion built in the first half of the 19th century in the former Vila de Campanha da Princesa (actual municipality of Campanha), in the Southern region of Minas Gerais. Due the dynamics of urban development and the consequent mischaracterization of much of the 18th and 19th century architecture in this location, the slave quarters in these city contexts has not been documented and studied, mainly due to the new uses that are being received over time. Combining documentary investigation with archaeological research to the current situation of ruins of the house, I argue that the typology and presence of these accommodations in the middle of the backyard of the property may have led to better opportunities of circulation for the slaves, as well as resistance to the cloister through more autonomous practices of subsistence and cultural transmission.

## KEYWORDS

Urban Archaeology; Campanha/MG; Slave quarter; Solar dos Ferreiras.

## COMO CITAR ESTE ARTIGO

KLINK, Leonardo Lopes Villaça. A fundo, no quintal: transcrições escondidas sob o “morar cativo” em uma unidade doméstica sul-mineira (décadas de 1830-1870). Cadernos do Lepaarq, v. XX, n.40, p.146-164, Jul-Dez. 2023.

## INTRODUÇÃO

Em 1831, o Tenente-Coronel Francisco de Paula Ferreira Lopes foi registrado na listagem nominativa da Vila de Campanha da Princesa chefiando um fogo (domicílio) composto de 37 sujeitos. Dentre estes sujeitos, lá estava D. Marianna Cândida (esposa de segundas núpcias), sua prole deste matrimônio e do anterior, alguns agregados e cerca de vinte e sete escravizados. Ao que pude inferir ao longo de minha trajetória na pesquisa de mestrado, este documento referiu-se a ao menos dois grupos e unidades domésticas distintas, um deles alocado em uma propriedade rural (onde Francisco minerou por algumas décadas) e outra urbana, edificação conhecida popularmente até os dias atuais como o Solar dos Ferreiras que, após um incidente decorrente de um curto-circuito em 1996, foi consumido por um incêndio até se tornar ruínas.

Dos campanhenses e imigrantes recém-chegados que desempenharam papéis nas atividades mercantis entre os séculos XVIII e XIX, volto minha atenção à primeira geração de ocupantes do solar chefiado pelo comerciante Comendador Francisco de Paula Ferreira Lopes. Francisco esteve em posse das principais patentes, honrarias, mercês e títulos nobiliárquicos pleiteados pela elite (econômica, intelectual e social) da região, como imerso em sociedades diversificadas, se mantendo envolvido em redes de sociabilidades e em contato com os principais nomes do movimento liberal do Sul de Minas Gerais e da Corte fluminense (KLINK, 2021; 2023). Além da ocupação na mineração, segundo o seu inventário *post-mortem* (1888) e o de sua esposa D. Marianna Vilhena (1868), Ferreira Lopes atuou como comerciante em sua loja de fazendas secas, foi proprietário de bens simbólicos, bens de raiz (casas, engenho, terras de águas minerais, etc.) e pôde ser considerado como o oitavo maior proprietário de escravizados da localidade no início da década de 1830<sup>1</sup>.

Enquanto proprietário de uma das residências mais frequentadas pela sociedade mercantil local e regional durante bailes e reuniões, ficou evidente notar que, segundo os inventários localizados, no anseio de exprimir uma imagem moderna e aristocrática oitocentista, membros da família procuraram usufruir de maior investimento, posse em grande escala e divulgação de bens de prestígios e distinções nos recintos mais “proeminentes”, ou seja, lugares de receber e impressionar. Em um dos inventários constava conjuntos de mobílias elaborados em madeiras nobres, aparelhos de chá/café, estátuas, relógios e jarras, itens os quais constituíram aqui como símbolos, marcadores e legitimadores do poder, da capacidade aquisitiva, de domesticidade e das adoções de novas maneiras de se teatralizar, se modular, se individualizar e agir em público, vinculando-os aos códigos e valores civilizatórios presentes na cultura europeia e Real durante a segunda metade do século XIX<sup>2</sup>.

Na intenção de “reconstruir” a compartimentação do sobrado, notando as principais metamorfoses construtivas que a casa desempenhou durante esta primeira geração de ocupantes

---

1 Inventário *post-mortem* de Marianna Candida Ferreira de Vilhena, CEMEC/SM, Campanha (MG), nº. 20, caixa 44, ano: 1868. Inventário *post-mortem* de Francisco de Paula Ferreira Lopes, CEMEC/SM, Campanha (MG), nº. 6, caixa 65, ano: 1888.

2 Inventário *post-mortem* de Marianna Candida Ferreira de Vilhena, CEMEC/SM, Campanha (MG), nº. 20, caixa 44, ano: 1868.

(c. décadas de 1830-1870), utilizei abordagens da Arqueologia Documental e da Arquitetura com o objetivo de perceber como pôde ter se dado as especializações das espacialidades (KLINK, 2023). No entanto, em contraste às esferas mais públicas destinadas a *outsiders* (visitantes e hóspedes) e, aos locais mais íntimos de permanências familiares, cômodos associados ao intenso trabalho e às maiores permanências de escravizados foram mais difíceis de serem identificados através da ordem de bens avaliados ao longo da compartimentação do solar, listados em dois dos inventários dos moradores.

Tendo em vista que cômodos mais propícios à autopromoção e à exposição da opulência familiar por bens de consumo como as salas de entrada, de jantar e os salões, foram estrategicamente posicionados mais à frente nas plantas baixas das residências das elites locais, como relata uma extensa bibliografia. Os estudos dos espaços de abrigo de escravizados em sedes de *plantations* rurais concentram a maioria dos estudos da Arqueologia Histórica no Brasil, especialmente em relação às estruturas urbanas, assim considero fundamental partir de uma Arqueologia Urbana para investigar uma unidade doméstica do oitocentos.

Tenho como objetivo central refletir sobre as estratégias utilizadas pelos proprietários na edificação, no posicionamento dos espaços destinados ao abrigo de escravizados e no desenvolvimento familiar no cativo. E como isso podeter inversamente influenciado a execução de maneiras específicas de resistências, considerando que mesmo em situações de colonialismo, “a dominação não é algo total ou final” (SILLIMAN, 2022, p. 32), mas pessoas atuaram com autonomia nas práticas de mobilidades sociais, bem como na manutenção de rituais e sociabilidades tecidas entre as paredes, as janelas e os olhares do sobrado.



Figura 1. Solar dos Ferreiras e obelisco comemorativo aos 200 anos de Campanha a partir do Largo das Dores, c. décadas de 1980-1990. Fonte: acervo particular.

## QUEM COMPÕS O GRUPO DOMÉSTICO?

Em 1831, oitocentos e sessenta e cinco fogos foram recenseados em trinta e cinco quarteirões da vila, momento que a localidade contava com aproximadamente 2110 habitantes sob a “qualidade” de brancos, 1357 “pardos”, 1201 “crioulos”, 832 “africanos/pretos” e 2 “mestiços (cabra/caboclo)”<sup>3</sup>. A respeito das “condições” destes moradores, 2108 eram livres, 1877 eram “escravos”, enquanto 1815 sujeitos apresentaram-se ou foram registrados como “sem informação”<sup>4</sup>.

Dos 865 fogos distribuídos entre 35 quarteirões no decorrer do recenseamento da Vila de Campanha da Princesa do ano de 1831, o domicílio de Ferreira Lopes situado no segundo quarteirão foi registrado enquanto um dos mais amplos em termos de quantidade de matriculados<sup>5</sup>. Entre estes trinta e sete sujeitos, estiveram inclusos sua esposa, a prole de ambos os casamentos (cinco meninas e dois meninos), vinte e quatro escravizados e, ao final, o que foram interpretados como quatro agregados. Em meio a estes possíveis funcionários do comércio de Francisco de Paula, esteve o irmão João Pedro Ferreira Lopes, referido como caixeiro<sup>6</sup>.

Dos 24 escravizados registrados (seis mulheres e dezoito homens), 14 destinavam-se ao ofício da mineração e 7 ao suposto trabalho doméstico urbano. Três décadas mais tarde, somente um casal de escravizados seria avaliado em 200\$000 réis cada no inventário de D. Marianna: o “Escravo Joaquim de idade 70 anos, de Nação” e “Maria Crioula mulher do mesmo, de idade 60 anos”<sup>7</sup>. Ambos já se apresentavam casados aos 26 e 22 anos, estando arrolados em 1831 em que foram seguidos de mais três crianças matriculadas sob a condição de “crioulas”<sup>8</sup>. O que me levou a considerá-los como seus filhos, logo que seria improvável a compra de escravizados tão novos devido a possibilidade de gerarem mais gastos e prejuízos aos proprietários do que outros em idades superiores (DIAS, 2013).

A inexistência de mais escravizados em posse do Comendador na década de 1860 pode ser justificada pela venda de uma fazenda com toda a escravaria ao genro Valério entre 1842 e 1843, situação ocorrida principalmente por ter contraído inúmeras dívidas e despesas ao início

3 Na intenção de preservar os termos e as expressões retiradas das documentações produzidas ao longo do século XIX, optei por reproduzi-las mantendo suas grafias, destacando-as com aspas e itálico no decorrer do corpo do texto.

4 Lista Nominativa da Vila de Campanha da Princesa, 1831. Disponibilizado na plataforma Poplin – Minas 1830.

5 Graf e Andrade alegam que os sujeitos considerados como “agregados” nem sempre compunham a parcela mais pobre e desfavorecida da população, eram um grupo intermediário de indivíduos livres ou libertos subordinados e sujeitos a relações de dependência com os grandes proprietários de terras, mas poderiam representar boas oportunidades em uma relação entre pai/filho, sogro/genro, patrão/funcionário, etc. (GRAF, 2000, p. 91; ANDRADE, 2014, p. 61-62).

6 Lista Nominativa da Vila de Campanha da Princesa, 1831. Disponibilizado na plataforma Poplin – Minas 1830.

7 “De Nação”: participio do verbo nascer, designações de classificação pejorativa de grupos étnicos originários do continente Africano (REIS, 1986, p. 169; KARASCH, 2000, p. 37; AGOSTINI, 2011, p. 120-121). “Crioula/crioulo”: nascidos no Brasil (REIS, 1986, p. 15; KARASCH, 2000, p. 37).

8 Lista Nominativa da Vila de Campanha da Princesa, 1831. Disponibilizado na plataforma Poplin – Minas 1830.

da década de 1840 (REZENDE, 1987, p. 171, 246; KLINK, 2023, p. 91-92)<sup>9</sup>.

A expressiva quantidade de sujeitos recenseados homogeneamente neste domicílio em 1831 não implica em considerá-los moradores da casa, mas sim como atores sociais dependentes ou sob tutela do chefe do domicílio e provedor econômico, no caso, Francisco de Paula. Escravizados especializados e agregados poderiam regularmente habitar tanto anexos, fogos próprios ou alugados nas proximidades, como longínquas chácaras ou propriedades rurais, “desde que continuassem a pagar porcentagem exigida de sua fêria diária. [...] desde que cumprissem as tarefas diárias na casa de seu senhor” (KARASCH, 2000, p. 186)<sup>10</sup>.

Neste caso, entendo como composição do grupo doméstico habitante do sobrado urbano Francisco, sua esposa D. Marianna, dois filhos, cinco filhas, alguns dos agregados e escravizados como o “*pagem*” Joaquim, a “*mucama*” Maria, as três crianças deste casal, a lavadeira Bebiana, a cozinheira Lucia, a fiadeira Ignacia e a costureira Thereza.

## AS FORMAS DA CASA

O sobrado urbano, ambiente de convivência destes sujeitos, foi construído entre o final da década de 1820 e início da década de 1830 (KLINK, 2023). Suas fachadas voltavam-se intencionalmente ao Largo das Dores e à antiga Rua Direita, uma das principais, mais movimentadas e mais caras vias para se morar em Campanha na primeira metade do oitocentos. Além da edificação ter exposto modelos de implante análogos às tradições urbanísticas e construtivas portuguesas e medieval-renascentistas em relação aos implantes nos limites de seu lote, sua arquitetura remetia sutilmente à influência neoclássica, com o posicionamento de portas e janelas sob padrões simétricos de opulência<sup>11</sup>.

Devido às inúmeras ocupações e usos que o sobrado recebeu de seu período de construção ao seu incidente em 1996, a única planta baixa encontrada apresentou o alto grau de compartimentação que a edificação sofreu até o início da década de 1990. Apoiado em uma bibliografia especializada sobre a arquitetura oitocentista, bem como a investigação documental, inventários *post-mortem*, fotografias, gravuras e meu olhar atento ao caminhar pelas ruínas do solar, pude verificar as formas que a casa assumiu ao longo do tempo e desenvolver hipóteses acerca da funcionalidade e utilização de alguns espaços, em oposição a outros, os quais abordarei um pouco mais a frente.

Cabe ressaltar que enquanto o pavimento térreo fora construído com alvenaria de pedras

---

9 Como mencionam Paiva e Klein, o caminhar do processo de desenvolvimento de atividades voltadas à mineração com características de rápidas ascensões e declínios, poderia resultar na diminuição de escravaria através de alforrias, vendas ou transferências para outras regiões em crescimento (PAIVA; KLEIN, 1992, p. 130).

10 João José Reis detectou o caráter costumeiro da presença de libertos e escravizados abrigando casebres de aluguel em Salvador que, na intenção de escapar do sufoco das lojas, providenciavam moradias alternativas, como quartos ou uma pequena porção destes espaços compartilhados com outros colegas, com pares sociais ou conhecidos já libertos (REIS, 1986, p. 219-221, 223).

11 Acerca da predominância de signos da ordem neoclássica nas fachadas, na forma e na compartimentação interna do Solar dos Ferreiras, ver principalmente Klink (2023, p. 80-85).

irregulares revestidas e assentadas por uma camada de argamassa mista entre os vãos, o pavimento nobre foi estruturado a partir de um modelo de “gaiola” autônoma em madeira, com paredes mais finas erguidas em taipa de mão (pau a pique).



Figura 2. Vista do exterior (a partir do Largo das Dores) e interior das ruínas. Fotografia: Caroline Ferreira, 2021.



Figura 3. Paredes e colunas em pedra, presença de telhas e adobe no interior das ruínas. Fotografia: Caroline Ferreira, 2021.

Ao menos dois momentos construtivos puderam ser notados. O primeiro, referiu-se à forma que o sobrado apresentou muito provavelmente entre seus primeiros momentos de edificação (décadas de 1820-1840), período que assumia a clássica tipologia em “L”.

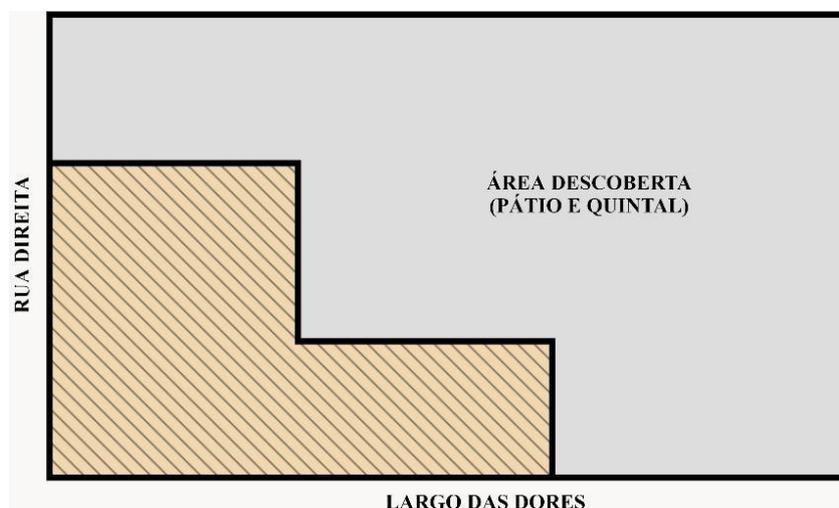


Figura 4. Concepção da volumetria em “L” que o sobrado assumiu primeiramente. Fonte: Autor, 2023.

Já o segundo momento pôde ser traçado como sendo provavelmente entre as décadas de 1850 e 1870, quando assumiu a forma em “U”, volumetria com anexo a qual manteve até o momento de seu incidente na década de 1990.

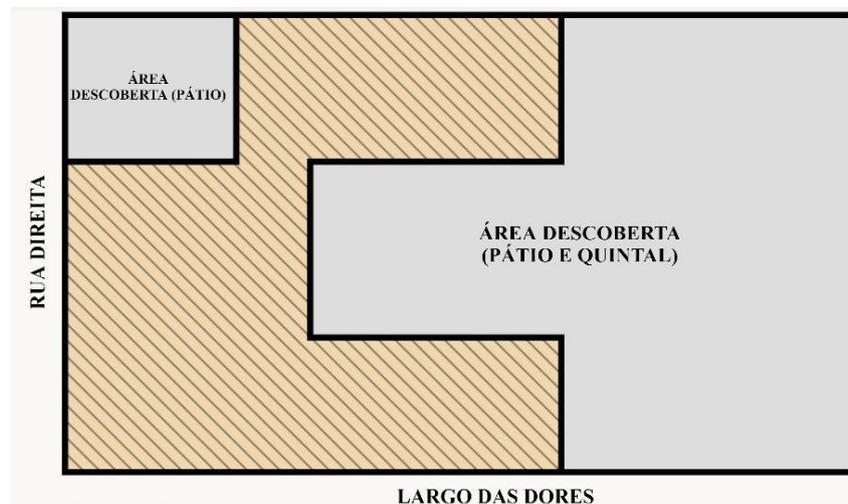


Figura 5. Concepção da volumetria em “U” que o sobrado assumiu durante a segunda metade do século XIX. Fonte: Autor, 2023.

Foi possível constatar que mesmo as ruínas constituindo-se de poucas paredes e algumas colunas em pedra (o piso de ocupação sem delimitações de paredes), os locais associados ao abrigo e alojamento de cativos foram mais desafiadores de serem identificados no estudo arqueológico, algo que se deve ao fato de serem estruturas mais perecíveis, de materiais não duradouros e, quando não são, foram conduzidas a uma pluralidade de usos como depósitos, estábulos, cocheiras, oficinas, etc. (REIS FILHO, 2000, p. 78; GOMES, 2006, p. 185; SYMANSKI; SOUZA, 2007, p. 219-220; SLENES, 2011, p. 159).

Mas afinal, nos compactos lotes e nas propriedades urbanas tão delimitadas, onde os escravizados domésticos eram abrigados e onde exerciam suas práticas cotidianamente?

## LUGAR DE ESCRAVIZADO

Autores da arquitetura brasileira e a própria produção historiográfica nacional dos séculos XX e XXI enfatizaram sobre o pouco e limitado uso do primeiro piso para tarefas do cotidiano familiar<sup>12</sup>. Conforme estes autores, nestes arredores funcionariam lojas de comerciantes com portas que se abriam às ruas e, portanto, à clientela, armazéns, oficinas, depósitos, escritórios, acomodações para hóspedes de baixos segmentos sociais, cozinhas e até acomodações para o abrigo de escravizados que estariam mais próximos das rotinas e necessidades pessoais e domésticas (REIS, 1986, 219-220; LEMOS, 1989, p. 32, 35; SCHNOOR, 1995, 56-57; ALGRANTI, 1997, p. 99, 101; REIS FILHO, 2000, p. 28, 120; FURTADO, 2003, p. 130; FREYRE, 2004; BENINCASA, 2007, p. 17, 94).

12 Entre os diversos autores menciono Lemos (1989), Reis Filho (2000), Freyre (2004) e Benincasa (2007).

Para João José Reis, as próprias lojas estabelecidas no térreo seriam como senzalas urbanas, um espaço repleto de gente, de pouca ventilação e de pouca ou nenhuma privacidade:

Os escravos dormiam sobre esteiras estendidas no chão ou, o que era raro, colocadas em cima de tábuas. Alguns possuíam um caixote de madeira apenas, onde guardavam suas pequenas posses — roupas, instrumentos de trabalho, dinheiro, amuletos. À noite os senhores trancavam seus escravos nas lojas para fazê-los obedecer ao toque de recolher e evitar fugas, mas nem sempre essa vigilância estrita era possível ou mesmo desejável (REIS, 1986, p. 220).

Na pesquisa de campo, uma estrutura em particular entre as ruínas me chamou a atenção e me levou a pensar em certas hipóteses, o espaço retangular, ausente de vestígios de janelas e alicerces indicando divisórias internas. Portanto, o suposto porão e depósito, cômodo base ao que seria acima a cozinha e as demais dependências de serviços (Figura 6)<sup>13</sup>.



Figura 6. Interior do possível porão ou depósito da residência. Fotografia: Caroline Ferreira, 2021.

Sobre os usos atribuídos a estes locais, Mary Karasch menciona que:

[...] o porão de uma casa de dois andares era ocupado por escravos, animais e coisas armazenadas. Em outras casas urbanas, os escravos viviam em “cubículos escuros” separados por divisões finas na área da cozinha. Se a casa tivesse muitos escravos, tinham de dormir nos corredores ou onde quer que achassem lugar (KARASCH, 2000, p. 185).

Além de cômodos mercantis (loja), de transição (corredor), de armazenamento (porão) e de serviços (cozinha), estes espaços não podem ser descartados como locais que poderiam ter sido realmente utilizados para a pernoite de alguns escravizados escolhidos a dedo. Segundo Cruz, acerca das fazendas Sul-mineiras:

13 Tal espaço trata-se do “anexo” construído após a década de 1850, o qual caracterizou a volumetria do sobrado de “L” para “U”.

A maioria dos relatos orais de atuais proprietários revela que o alojamento dos escravos era no porão das casas. “Aqui servia para guardar os escravos”, conta o morador. Essa versão, apesar de repetida em numerosos relatos, só parece razoável para as fazendas que possuíam um número pequeno (de 1 a 3) ou médio (de 4 a 10) de escravos. [...] Entretanto, como se constata bastante heterogeneidade entre as fazendas, não se pode descartar a hipótese de que, em grande parte delas, o porão fosse realmente o local destinado ao alojamento de escravos. Talvez, mesmo nas fazendas com muitos escravos, aqueles mais ligados à casa pudessem ficar no porão e os demais, vinculados ao trabalho no eito, ocupassem outros tipos de alojamento, como senzalas ou choças (CRUZ, 2010, p. 62-63).

Todavia, em um momento posterior às últimas pesquisas de campo, me atentei aos detalhes de uma fotografia panorâmica da Cidade de Campanha produzida possivelmente em 1874, onde avistei uma ou duas estruturas não caiadas (ausência de cal nas paredes), de feições alongadas quase que camufladas na vegetação de um quintal vizinho ao sobrado, além de sua possível incorporação à lateral dos fundos da mesma edificação (Figura 7).

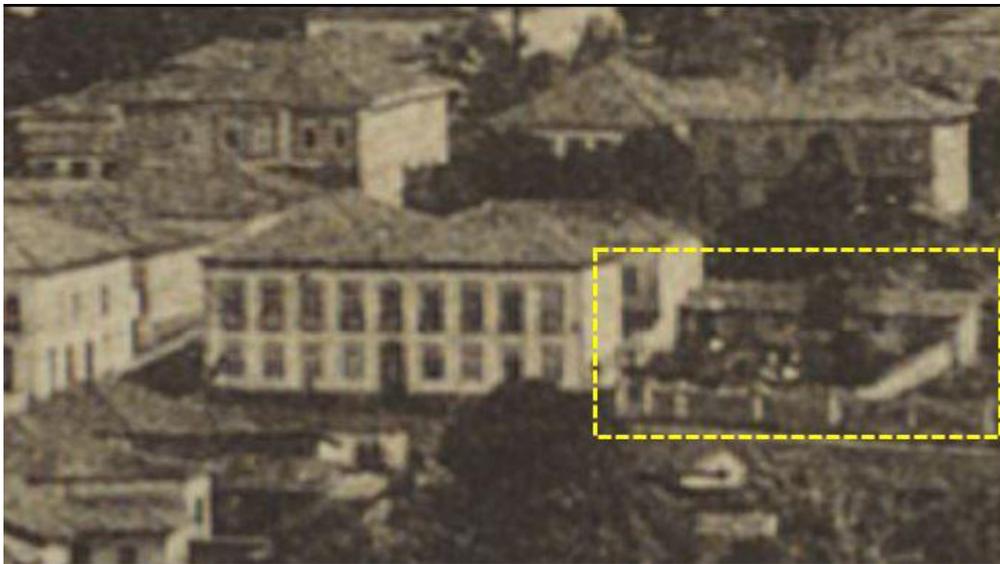


Figura 7. Pormenor da fotografia panorâmica destacando a presença de estruturas no terreno do sobrado, c. 1874.  
Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Segundo depoimentos pessoais, este terreno permaneceu “vago” até meados da década de 1970, quando passou a ser ocupado por uma família na intenção de um de seus membros trabalhar como vigia do prédio que funcionava até então como Prefeitura Municipal (KLINK; CORRÊA, 2019, p. 509). A partir deste contexto, o terreno como uma extensão/quintal da residência delega a esta estrutura a possibilidade de dois usos: 1) “cozinha suja”: local alternativo e menos higiênico ao fundo dos quintais onde abatia-se, eram preparados e processados os cozimentos mais pesados e demorados, fabricava-se doces, sabão, etc. (LEMOS, 1989, p. 20; ALGRANTI, 1997, p. 102; BENINCASA, 2007, p. 106; SOUZA, 2012, p. 48; SENE; MORGADO, 2020, p. 117)<sup>14</sup>, ou, 2) Devido à sua arquitetura e aos preços médios das residências da vizinhança, seria uma variação entre a “senzala pavilhão” e a “senzala cabana”.

<sup>14</sup> Segundo Ribeiro, a fragmentada “cozinha-suja”/cozinha de fora ainda convivia com a de dentro, e em áreas rurais seria construída no mesmo período da casa, destinando-se à execução de serviços mais pesados, produção e alimentação por e para escravizados (RIBEIRO, 2019, p. 328).

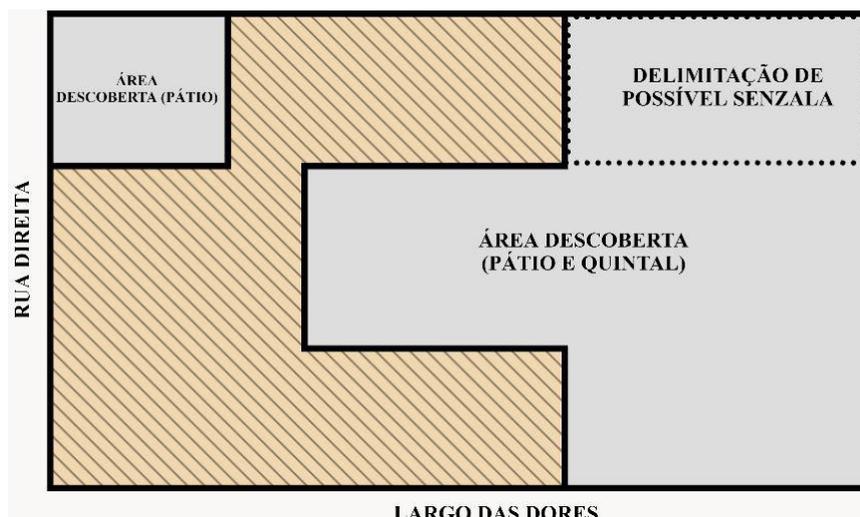


Figura 8. Concepção da volumetria em “U” com delimitação da possível senzala. Fonte: Autor, 2023.

Duas entre estas tipologias podem ser conferidas nas representações de Rugendas acerca de uma habitação de negros ao fundo do quintal de uma casa-grande e, de Víctor Frond exibindo um grupo de escravizados em frente a uma “senzala-pavilhão” (Figura 10). Compunham a categoria de “senzala-cabana” as construções de planta quadrangular ou retangular com um ou dois cômodos e confeccionadas em taipa de mão com cobertura de palha ou sapê (SYMANSKI; SOUZA, 2007, p. 219).

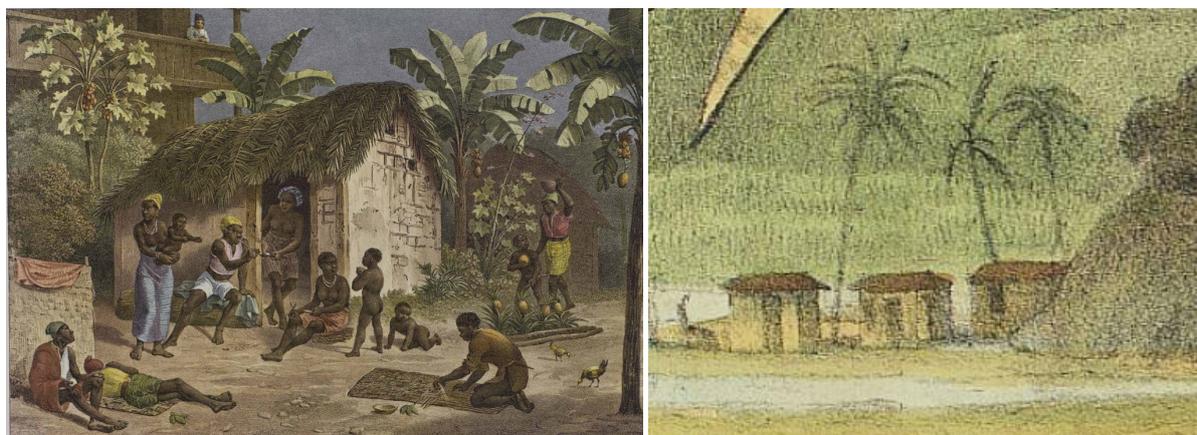


Figura 9. Gravuras de senzalas do tipo “cabana” em quintais. À esquerda: “Habitation de négres”, c. 1827-1835, Rugendas. Fonte: RUGENDAS, 1835, s./p. À direita: pormenor de “Feitours corrigeant des negres”, c. 1835, Frères. Fonte: Brasiliana Iconográfica.

Já a senzala-pavilhão relatada por Robert Slenes teria entre 6 e 7 metros de profundidade, 3 e 4 metros de largura e não possuía janelas, apenas portas e aberturas gradeadas que davam “exata aparência de uma cela num presídio” (SLENES, 2011, p. 159-160, 167), sendo mais comuns na primeira metade do século XIX na região sudeste (SYMANSKI; SOUZA, 2007, p. 219). Ainda segundo este autor, a ausência de janelas deste tipo de senzala pode ser atrelada aos meios de evitar fugas, pois diferentes das portas que eram trancadas durante a noite, os proprietários teriam menos controle sobre elas (SLENES, 2011, p. 169-171).

Mas além deste motivo, argumento que a ausência de janelas em senzalas pode ter remetido justamente ao que Tim Ingold denomina de “engajamento prático”, ou seja, mesmo que os processos

KLINK, Leonardo Lopes Villaça. A fundo, no quintal: transcrições escondidas sob o “morar cativo” em uma unidade doméstica sul-mineira (décadas de 1830-1870).

de escolha de matéria-prima, a forma e os locais de construção dos cativeiros fugissem propositalmente da autonomia dos escravizados (INGOLD, 2000, p. 186; SOUZA, 2012, p. 39), em termos de matérias-primas, técnicas de construção e a presença ou ausência de determinados elementos (janelas, telhado, etc.), não diferiam muito de suas heranças arquitetônicas africanas (SLENES, 2011, p. 176; KLINK, 2023).



Figura 10. Gravura de senzala “pavilhão”. “Avant le depart pour la roca”, 1861, Victor Frond. Fonte: Brasiliana Iconográfica.

De acordo ainda com alguns autores, variações poderiam conter janelas e divisões em cubículos com uma janela e porta cada, reservados ao abrigo de escravizados casados (maiores proporções), solteiros (menores proporções) e onde poderiam manter o fogo doméstico (MARQUESE, 2005, p. 166-167; SYMANSKI; SOUZA, 2007; SOUZA, 2007, p. 84; SLENES, 2011; SOUZA, 2012, p. 39). Um terceiro arranjo seria citado por Slenes como “senzalas conjugais” ou “compartimentos conjugados” (SLENES, 2011, p. 158-166), sendo visualmente mais condizente com a estrutura no quintal do solar capturada pela fotografia no início da década de 1870, alojamentos independentes e com maior privacidade destinados aos casal formado e seus descendentes (KARASCH, 2000, p. 185).



Figura 11. Exemplo de senzala do tipo “compartimentos”. Pormenor de “Cases à negres”, por Victor Frond, 1861. Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Com base na iconografia oitocentista e na ampliação da fotografia panorâmica de Campanha, estas supostas senzalas compostas de telhados baixos de meia água em palha ou telhas cerâmicas situadas no quintal da propriedade dos Ferreiras seriam construídas em taipa, contendo por volta de dois ou três compartimentos cada, com janelas ou aberturas quadradas de pequenas dimensões. Ao buscar por sinais de alicerces de estruturas e materiais construtivos nas imediações deste terreno ao lado (onde há uma residência), não foi possível identificá-los, sendo a fotografia panorâmica da Cidade de Campanha da década de 1870, o único registro de suas presenças até então.



Figura 12. Concepção dos limites da propriedade, das senzalas e do pátio interno do solar, com base na fotografia panorâmica. Produção: Caroline Ferreira, 2023.

## PRÁTICAS PARA ALÉM DAS PORTAS, JANELAS E PAREDES

As estratégias de posicionamento de cômodos de produção, serviços ou alojamento de escravizados longe dos olhares de hóspedes e visitantes poderiam ter representado, primeiramente, o desejo em delimitar e segregar as diferentes esferas da vida pública e domiciliar, mas para além disso, manter distante das pessoas de fora, os espaços de produção e serviços, reforçando a dicotomia senhorial entre fundos/sujo/ordinário e frente/limpo/fino. Estas práticas compreendiam estratégias de controle social pelos proprietários, com a intenção de garantir e exercer poder, mascarando e naturalizando a reprodução de elementos e relações envolvendo simetria/assimetria, gêneros, temporalidades, hierarquias e desigualdades sociais entre os locais (LEONE, 2021). De forma proporcional, as posições sociais individuais foram ligeiramente atreladas às posições de acessos da casa, quanto mais ao fundo, mais sujo, íntimo, privado e mais fácil de vigiar. Quanto mais à frente, mais limpo, receptível e acessível aos outros, mas ainda sim nem a todos os seus moradores.

Devido à maior privacidade à vigilância visual e auditiva, como puder notar ao aplicar ferramentas metodológicas encarregadas de ilustrar e quantificar as circulações e os graus de isolamentos, como o modelo de análise *Gamma* e os índices de Blanton (KLINK, 2023)<sup>15</sup>, foi possível supor que houve maiores chances dos cativos domésticos terem tecido o controle sobre recursos sociais, culturais e econômicos próprios (pecúlio) e, ainda terem resistido, contestado e rompido com a lógica disciplinar ao tocarem em assuntos proibidos anteriormente dentro da casa e recriarem rituais de convivências no cativo, que mesmo experienciados momentaneamente como lugares e “portos seguros”, devido às condições e qualidade de vida, dificilmente foram percebidos como lares (KARASCH, 2000, p. 188; SYMANSKI; SOUZA, 2007, p. 220-221; SLENES, 2011, p. 183-186; SOUZA, 2012, p. 47-50; MOSTERMAN, 2021, p. 80-82, 91-94).

Mesmo com suas presenças forçadas, os abusos físicos e psicológicos, separações de entes, censuras, proibição de práticas sociais cotidianas, estes espaços estariam significados pelas preces, sincretismos, sonhos e compartilhamento de memórias. Em volta de seu fogo (enquanto domicílio, estrutura de combustão e/ou metáfora utilizada por Slenes), se reuniram, interagiram e se solidarizariam em atividades de alimentação, criatividade, passatempos e de transmissões de conhecimentos. O quintal também pode ser associado aos momentos de trabalho à subsistência, de lazer e de banalidades (SLENES, 2011, p. 178; MENESES, 2015), onde, em ocasiões de certa autonomia em relação às árduas ocupações domésticas, as pessoas cativas poderiam sentar-se para fumar seus cachimbos ou rolo de “*erva pango*” – fumo relatado pelo memorialista Francisco de Paula Ferreira de Rezende como sendo comum aos escravizados africanos em Campanha durante suas vivências entre as décadas de 1830 e 1880 (REZENDE, 1987, p. 212)<sup>16</sup>.

Acerca dos escravizados casados registrados em 1831 e entre as décadas de 1860 e 1870, há o registro de Robert Slenes destacando que esta união “frequentemente implicava para o escravo ganhar mais espaço construído; mas, sobretudo, significava apoderar-se do controle desse espaço, junto com o cônjuge, para a implementação de seus próprios projetos” (SLENES, 2011, p. 167), como um maior controle sobre companhias, o preparo de comida, sobre práticas sociais e o horário de comer. A julgar pela idade avançada deste casal de cativos, há de considerar que não estiveram propensos à subnutrição, mas à longevidade, pois podem ter possuído estas capacidades de suplemento de suas dietas (KARASCH, 2000, p. 199).

15 Apliquei esta metodologia anteriormente na intenção de compreender como pôde ter se dado a circulação e as relações espaciais no interior do Solar, envolvendo simetria e assimetria (KLINK, 2023, p. 135-143). Esta ferramenta envolve o processo de “transformação” dos cômodos figurados em plantas baixas em nós (*nodes*) e, suas portas em acessos (*edges*), consistindo em uma espécie de gráfico que ilustra informações e características relacionadas à organização espacial, como os graus de controles de uns espaços sobre outros, de sociabilidades/privacidades e a circulação no interior dos ambientes à níveis comparativos. Já os índices de Blanton mencionados consistem em cálculos aos pesquisadores interessados em quantificar as profundidades, as acessibilidades e as circulações ao longo das estruturas arquitetônicas.

16 “[...] o cachimbo que um pouco por exceção era encontrado aqui e acolá, era o verdadeiro vício dos escravos e sobretudo dos escravos velhos; havendo ainda alguns africanos que em vez do fumo, fumavam o pango, que é uma erva que existe em nossos matos e que parece eles fumavam sem ser em cachimbo. Pelo menos um que eu vi fumar, o enrolou em uma folha a que ele deu a forma de um funil; pos-lhe fogo; e segurando ou amparando com a mão aquele cachimbo de nova espécie, ele ia tirando baforadas muito maiores talvez do que aquelas que se tiram no pito” (REZENDE, 1987, p. 212).

A localização destes possíveis “compartimentos conjugados”, com a aparente existência de pequenas janelas ou aberturas visíveis, somadas à facilidade de evasão à rua pelo amplo quintal quadrangular do terreno, reforça a ideia sobre a impossibilidade de controle constante ou a falta de interesse à repressão de fugas, remetendo a um certo “consentimento” pouco mais “humanizado”, relacionado ao trânsito de pessoas escravizadas em contextos urbanos, em posse dos membros da família Ferreira naquele momento. As inserções de aberturas nas estruturas construídas inicialmente para armazenar e conter pessoas, pode sugerir que uma parcela específica destes cativos, conquistou e obteve permissões quanto à ampliação de mobilidades e movimentos, seja para o ganho, para as aquisições de mantimentos em comércios ou demais circulações, como a retirada de água em fontes próximas para os usufrutos corporais e alimentares.

Já o distanciamento entre a possível senzala em relação ao solar, o isolamento acústico e visual por um muro entre o pátio e o quintal poderiam ter inversamente favorecido o desenvolvimento de esquemas mentais e interações, como a continuidade, troca e fortalecimento de práticas culturais, conjugais, afetivas e, sobretudo de expressões corporais e verbais de matrizes e identidades próprias, as quais seriam engatilhadas e transcendidas com os acessos táteis às matérias-primas e elementos arquitetônicos (portas, trancas, paredes em alvenaria, janelas, pisos barrocos e tetos) e seus odores, os contrastes entre o calor da luminosidade natural ou artificial e o frio da escuridão e da umidade característica destes ambientes cativos (KARASCH, 2000; SLENES, 2011; SOUZA, 2016; LIMA, 2016; LOVE, 2016; MOSTERMAN, 2021).

Por fim, associo e pontuo que tais práticas furtivas e encobertas vão de encontro ao que James Scott denominou de *hidden transcripts*: transcrições ocultas enquanto discursos criados por grupos subordinados como críticas ao poder propagado por extratos dominantes (SCOTT, 1990). Assim como o conceito de tática proposto por De Certeau (1990), enquanto práticas calculadas que dependiam da busca por oportunidades e *timing* para suas execuções utilizando de brechas que as conjunturas abriam nas estratégias do “poder dominante”, tais transcrições deveriam ser reproduzidas pelas costas (SCOTT, 1990). Todavia as transcrições se diferiam das táticas justamente pelo fato das segundas terem ocorrido em espaços estruturados pela ordem senhorial, como o sobrado, enquanto estas transcrições anti-hegemônicas eram desenvolvidas para um público específico em lugares característicos e que lhes são próprios, como o interior das senzalas e suas proximidades (DE CERTEAU, 1990; SCOTT, 1990).

Logo, práticas e ações que, como outras baseadas na oralidade e na corporalidade (canções, danças, troças e histórias), não deixaram rastros no atual estado de ruínas que a casa se encontra, mas que puderam ser parcialmente entrevistadas a partir das indagações arqueológicas à sua materialidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou chamar a atenção aos locais onde as “transcrições ocultas” eram praticadas, propondo sobretudo a interpretação de uma possível senzala que não deixou vestígios arqueológicos, se não, sua presença em uma fotografia panorâmica. Devido a atual escassez de produções acadêmicas que se debrucem sobre esta temática na região, acredito que um melhor panorama da compreensão das relações entre pessoas escravizadas e as espacialidades a que foram submetidas nos lotes em que as residências estiveram assentadas, somente poderão ser aprofundadas a partir do desenvolvimento de mais análises e novas investigações sistemáticas a outras unidades domésticas urbanas de Campanha/MG.

Acredito que as janelas e portas adentro e afora conectavam, permitiam e negavam acessos, encontros e companhias não a diferentes mundos em relação às vivências dos sujeitos livres do sobrado, mas a singulares e estreitas formas de vê-lo, senti-lo, contestá-lo, percebê-lo e vivenciá-lo. Entre as pedras, o barro, as telhas, madeira e fumaças, estavam os diferentes domínios de conhecimentos coletivos e individuais, vivenciados sensorialmente a partir de cada referencial e ontologia. Entre o casarão e os espaços de maior permanência e concentração cativa, diferentes luminosidades, sensações térmicas, táteis, olfativas e gustativas provenientes de específicas formas de acessos a distintos recursos (alimentos, conforto, formas de iluminar, dormir, comer e vestir, etc.) singularizariam posturas, atitudes e leituras incompletas e ambíguas da espacialidade destas espacialidades (SOUZA, 2012, 2016; RAHMEIER, 2014, p. 99; TILLEY, 2014, p. 34).

Os domínios foram construídos e proporcionados não somente pela criatividade e agência de cada pessoa e coletivo vivendo sob os mesmos ou diferentes tetos, mas oportunizados justamente pelas distâncias e barreiras físicas e simbólicas que segregavam. E mesmo que projetadas na intenção de afastar, conter ou esconder, as paredes do sobrado e da senzala propiciariam plurais maneiras de agir e, ainda desconhecidas maneiras próprias de ser.

## REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Camilla. Mundo Atlântico e Clandestinidade: Dinâmica material e simbólica em uma fazenda litorânea no sudeste, século XIX. Tese (Doutorado em História), Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2011.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e. (Orgs.). História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 83-154.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). – 2. Ed., – Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2014.
- BENINCASA, Vladimir. Fazendas Paulistas: Arquitetura Rural no Ciclo do Café. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo), São Carlos, Universidade de São Paulo, 2007.
- DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Editora Vozes Ltda., 1990.
- DELLE, James A. An Archaeology of Social Space: Analyzing Coffee Plantations in Jamaica's Blue Mountains. New York, Plenum Press, 1998.
- DIAS, Maria Odila. Escravas: resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). Nova História das Mulheres no Brasil. – 1. Ed., 1ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2013.
- FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. – 15ª. Ed. Rev. – São Paulo : Global, 2004.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito. – São Paulo : Companhia das Letras, 2003.
- GOMES, Geraldo. Engenho e Arquitetura. – Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2006.
- GRAF, Márcia Elisa de Campos. Nos bastidores da escravidão: convivência e conflito no Brasil colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Org.). Brasil: colonização e escravidão. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2000, p. 90-104.
- KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). – São Paulo : Companhia das Letras, 2000.
- KLINK, Leonardo V.; CORRÊA, Dora Shellard. Entre paisagem e memórias: as ruínas de um sítio arqueológico mineiro e os indivíduos que o reafirmam. In: CAMPOS, Guadalupe do Nascimento; GRANATO, Marcos. (Orgs.). Anais do 5º Seminário Preservação de Patrimônio Arqueológico. – Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2019, p. 504-512.
- KLINK, Leonardo L. V. Hábitos de consumo, socialização e cultura material em Campanha-MG (1830-1870): análise das tessituras de poder e variação de bens a partir de uma unidade doméstica. – Campanha: UEMG-Unidade Campanha. Monografia (Licenciatura em História), 2021.
- KLINK, Leonardo L. V. O que a Arquitetura Mascara? uma arqueologia da compartimentação, da vigilância e dos aspectos de concessão e restrição à circulação no Solar dos Ferreiras, Campanha/MG (século XIX). Dissertação (Mestrado em Antropologia), Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.

- LEMOS, Carlos A. C. História da Casa Brasileira. – São Paulo: Editora Contexto, 1989.
- LEONE, Mark P. Interpretando la ideologia en la Arqueología Histórica: usando las reglas de la perspectiva em el jardín de William Paca en Annapolis, Maryland. In: Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, Volume 15, Número 2, Julho-Dezembro de 2021, p. 06-24.
- LOVE, Serena. A sense of architecture in the past: Exploring the sensory experience of architecture in archaeology. In: BILLE, Mikkel; SORENSEN, Tim Flohr. Elements of Architecture: assembling archaeology, atmosphere and the performance of buildings spaces. Routledge, 2016, p. 213-230.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. V. 13, n. 2, jul.-dez. 2005, p. 165-188.
- MENESES, José Newton Coelho. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: o quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). In: Anais do Museu Paulista, v. 23, n. 2, Jul.-Dec. 2015, p. 69-92.
- MOSTERMAN, Andrea C. Spaces of enslavement: a history of slavery and resistance in Dutch New York. Cornell University Press, 2021.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo, Editora Perspectiva, 2000.
- REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835). – São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. Minhas Recordações. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.
- RIBEIRO, Isaac Cassemiro. Morada de Casas: cultura material, domesticidade e mudanças sociais (Minas Gerais, Sabará – século XVIII). Tese (Doutorado em História) – Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.
- SCHNOOR, Eduardo. Das casas de morada à casa de vivenda. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo. (Orgs.). Resgate: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro : Topbooks, 1995, p. 31-62.
- SCOTT, James C. Domination and the arts of resistance: hidden transcripts. Yale University, 1990.
- SENE, Gláucia Malerba; MORGADO, Andrea Jundi. Como comeram: das panelas à mesa. In: LIMA, Tania Andrade. (Org.). Arqueologia Urbana: estudo de uma vizinhança no Rio de Janeiro oitocentista. – Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020, p. 103-136.
- SILLIMAN, Stephen W. Colonialismo na Arqueologia Histórica: uma revisão de problemas e perspectivas. In: Cadernos do LEPAARQ, v. XIX, Jan-Jun 2022, p. 26-54.
- SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil sudeste, século XIX. – 2ª ed. Corrig. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- SOUZA, Marcos André Torres de. Ao pé do fogo: a paisagem social no interior de uma senzala oitocentista. In: MACEDO, Jackeline de; ANDRADE, Rubens de; TERRA, Carlos. (Org.). Arqueologia da Paisagem: novos valores, dilemas e instrumentais. 1ed. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2012, p. 34-59.

SYMANSKI, Luís Cláudio P.; SOUZA, Marcos Andrés Torres de. O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 33, 2007, p. 215-243.

TILLEY, Christopher. Do corpo ao lugar à paisagem uma perspectiva fenomenológica. In: Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, Volume 8, Número 1, Janeiro-Junho de 2014, p. 24-62.